



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARA  
Rua João Diogo 288 - Bairro Campina - CEP 66015-902 - Belém - PA  
**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**  
(ETP COMPRAS)

**1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)**

**Fundamentação:** Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público (inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e art. 9º, inciso I da IN 58/2022).

**1.1. Descrição da demanda**

Aquisição de materiais permanentes diversos: escada, bebedouro, armário roupeiro, poltronas giratórias, sofás duplos e individuais, entre outros.

**1.2. Motivo/Justificativa da Contratação**

A justificativa para aquisição do referido material dar-se-á pelos motivos expostos abaixo:

- Substituição do material defeituoso;
- Atendimento das demandas das zonas eleitorais do interior do Estado, conforme pedidos registrados no evento (2807111, 2882797);
- Atendimento das demandas provenientes do projeto Gestão Patrimonial 5Rs em Movimento (0001795-30.2025.6.14.8000);
- Itens como o bebedouro (2732844) e armário tipo roupeiro não obtiveram êxito no último processo licitatório (0014045-32.2024.6.14.8000), o primeiro foi revogado e o segundo, fracassado, conforme item 7.1 do relatório NACON (2768992);
- Composição da reserva técnica.

**1.3 Análise da contratação anterior ou a série histórica, se houver.**

Os materiais, objetos das futuras aquisições fazem parte do bojo do portfólio de materiais utilizados com constância pelo almoxarifado e outras unidades administrativas do Regional, figurando em processos repetidos de aquisições anteriores a exemplo dos processos que seguem: 0009836-20.2024.6.14.8000, 0003543-34.2024.6.14.8000, 0002148-07.2024.6.14.8000, 0006383-17.2024.6.14.8000, 0010353-25.2024.6.14.8000, 0008155-15.2024.6.14.8000

A contratação proposta decorre de necessidade atual e específica, devidamente caracterizada no presente Estudos Preliminares, não se tratando de mera continuidade contratual. Assim, mesmo considerando que há parâmetros históricos comparáveis, optamos por não considerá-los, porquanto não comprometem a adequada definição do objeto, a estimativa de custos nem a justificativa da solução adotada, os quais foram fundamentados em pesquisa de mercado atual e em critérios técnicos pertinentes.

Dessa forma, a inclusão desse tópico não agregaria elementos relevantes à tomada de decisão, razão pela qual sua dispensa mostra-se justificada, sem prejuízo da regularidade e da economicidade da contratação.

**2. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**Fundamentação:** descrição dos requisitos da contratação necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade, observadas as leis ou regulamentações específicas, bem como padrões mínimos de qualidade e desempenho (inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso II da IN 58/2022).

**2.1. Natureza do objeto**

2.1.1. O objeto é comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei 14.133/2021, por possuir padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, mediante as especificações usuais do mercado.

2.1.2. O bem pode ser identificado no Catálogo de Materiais (CATMAT) do SIASG pelos códigos de material abaixo, não constando porém de item do catálogo eletrônico padronizado do Governo Federal.

Item	Material	Classe/PDM	Código do material
1	Escada dobrável	5440/6885	381472
2	Bebedouro	4110/3489	300995
3	Armário aço tipo roupeiro	7125/309	607230
4	Poltrona giratória	7110/313	603265
5	Sofá duplo tipo Le Corbusier	7105/12177	373607
6	Sofá individual tipo Le Corbusier	7105/12177	602465
7	Televisor 50"	7730/12609	480490
8	Televisor 65"	7730/12609	601704
9	Antena de TV	5985/14960	415108
10	Balança plataforma	6670/14489	317176
11	Forno micro-ondas	7310/1045	433237
12	Projeto tipo data-show	6730/907	469920

2.1.3. O objeto da contratação, em razão de suas características mínimas de qualidade, padronização e ainda por se tratar de bens permanentes, não se caracteriza como bem de consumo de luxo, conforme o §1º, inciso II, do art. 3º da Resolução TSE nº 23.702, de 9 de junho de 2022.

## **2.2. Necessidade continuada do fornecimento**

☐ SIM, conforme justificativa abaixo. ☒ NÃO

2.2.1. Apesar de a necessidade de fornecimento ser frequente, o objeto da contratação não possui natureza continuada, nos termos do art. 6º, inciso XV, da Lei nº 14.133/21.

### **2.2.1. Vigência plurianual**

☐ SIM, conforme justificativa abaixo. ☐ NÃO

## **2.3. Forma/regime de fornecimento**

2.3.1. O fornecimento do material dar-se-á em parcela única ou parceladamente ou por demanda, na forma prevista no Termo de Referência.

## **2.4. Será adotado o Sistema de Registro de Preços – SRP? Caso positivo, justificar.**

☒ Sim ☐ Não

Esse sistema é especificamente adequado para Materiais Permanente que exigem contratações frequentes e flexíveis, com entregas em momentos diferentes, conforme previsto no art. 3º do Decreto nº 11.462/2023 e pelos artigos 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021. Dessa forma, o SRP atende de maneira eficiente às necessidades dinâmicas, permitindo contratações parceladas ou escalonadas.

As principais vantagens do SRP incluem:

Redução do Volume de Fornecimento Antecipado: A Administração requisita os bens registrados apenas quando há demanda concreta, otimizando o uso dos recursos financeiros.

Adequação à Imprevisibilidade do Consumo: O SRP é ideal para cenários onde não se pode prever o consumo exato ao longo do tempo, permitindo que a Administração registre preços e adquira materiais conforme a necessidade.

Agilidade nas Aquisições: Com preços e condições previamente estabelecidas, os processos de aquisição tornam-se mais rápidos e simples, permitindo que o órgão solicite os materiais conforme necessário, sem precisar abrir novas licitações para cada demanda específica.

Redução no Número de Licitações: O SRP permite que itens de natureza semelhante, necessários para diversas unidades, sejam adquiridos sob um mesmo registro de preços, resultando em maior eficiência e menor sobrecarga administrativa.

Planejamento Orçamentário Facilitado: Ao centralizar a definição de preços e condições, o SRP facilita o planejamento financeiro a médio prazo, proporcionando maior previsibilidade nos gastos e melhor gestão dos recursos públicos.

### **2.4.1. Foi realizada consulta às IRPs em andamento.**

☒ Sim ☐ Não ☐ Não se aplica

Em consulta ao SIASGnet, realizada na data de 27/01/26, não foram identificadas IRPs em andamento que pudessem atender, plenamente, à demanda deste Regional, tendo em vista as especificidades dos materiais, nos termos do art. 10 do Decreto n. 11.462/23.

### **2.4.2. Haverá órgãos participantes deste Registro de Preços? Justificar.**

☐ Sim ☒ Não ☐ Não se aplica

### **2.4.3. Foi realizado procedimento público de intenção de registro de preços - IRP?**

☐ Sim ☒ Não; justificativa abaixo ☐ Não se aplica

Justifica-se a não divulgação da Intenção de Registro de Preços no PNCP, na forma prevista no art. 9º do decreto nº 11.462/2023, em razão das seguintes circunstâncias:

Primeiramente, ressalta-se que o órgão licitante detém uma capacidade operacional e de gerenciamento que permite a execução ágil e eficaz do objeto contratual. Essa capacidade operacional é resultado de uma estrutura administrativa consolidada, com expertise na condução de processos licitatórios e gestão de contratos. Portanto, o risco de atraso na consecução do objeto devido à dispensa do procedimento em questão é mitigado pela experiência e eficiência do órgão licitante em questão.

Além disso, é fundamental considerar que o órgão licitante é o único contratante envolvido nessa aquisição. Não há a necessidade de coordenação com outros órgãos ou entidades, uma vez que a demanda é específica e exclusiva do Tribunal Regional Eleitoral do Pará. Isso elimina a necessidade de seguir o procedimento de intenção de registro de preços, que é mais adequado quando há múltiplos órgãos interessados.

Portanto, com base na capacidade operacional e de gerenciamento do órgão licitante, bem como na sua condição de único contratante, justifica-se a dispensa do procedimento de intenção de registro de preços, assegurando assim a eficiência e agilidade na consecução do objeto contratual

### **2.4.4. Foi estabelecido (se for o caso) o número máximo de participantes, em conformidade com a capacidade de gerenciamento do órgão? Justificar.**

☐ Sim ☐ Não; justificativa abaixo ☒ Não se aplica

### **2.4.5. Será admitida a adesão à ata de registro de preços por órgão não participante? Justificar.**

☐ Sim ☒ Não ☐ Não se aplica

Justificativa: recomendações decorrente do Parecer ASDG 933 (0002554663) e jurisprudência do TCU.

### **2.4.6. Havendo possibilidade de adesão, há previsão de quantitativos máximos para adesão e dos respectivos quantitativos? (art. 32 do Decreto nº 11.462/23)**

☐ Sim ☐ Não ☒ Não se aplica

## **2.5. Admissão ou não de subcontratação do objeto contratual**

☐ SIM ☒ NÃO

O objeto consiste no fornecimento de material Permanente, de natureza comum e padronizada, amplamente disponíveis no mercado, cuja execução integral pelo contratado é suficiente para garantir a padronização visual institucional, o cumprimento dos prazos e a adequada fiscalização.

## 2.6. Exigência de amostra/prova de conceito

( X ) NÃO ( ) SIM, justificativa:

## 2.7. Garantia, manutenção e assistência técnica

**2.7.1.** O prazo de *garantia dos itens 1, 2, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12*, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

**2.7.2.** O prazo de *garantia dos itens 3 e 4* complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 5 (cinco) anos, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto..

2.7.2.1. A necessidade de extensão de **garantia de 5 (cinco) anos para os itens 03 e 04** decorre das seguintes justificativas:

- O prazo de garantia o mobiliário especificado é contra defeitos de fabricação, incluindo eventuais avarias durante o transporte até o local de entrega, montagem ou instalação, mesmo após sua aceitação pela unidade gestora da presente aquisição;
- Os bens são altamente duráveis em virtude do material de sua composição, com vida útil, mínima, de 05 (cinco) anos;
- Como nem todos os bens serão usados de imediato, há possibilidade de não identificação do problema no momento do recebimento, apresentando um vício oculto em que a identificação só aparecerá durante o uso/instalação;
- Inclusive, muitas fabricantes dos referidos itens já dispõe de 05 (cinco) anos de garantia para os seus produtos, tendo em vista o tipo de material utilizado e a qualidade empregada nos seus produtos;
- Esta unidade, já passou por casos de vício de fabricação constatado somente na montagem do bem, o que levou a acionar a contratada para realização da manutenção por meio da garantia de 05 (cinco) anos, em virtude da vida útil do material;
- Tais itens tem vida útil de 10 anos, conforme definido pela Receita Federal, com taxa de depreciação de 10% ao ano;
- A garantia dos produtos no prazo mínimo aqui estipulado consiste na prestação, pela contratada, de todas as obrigações estabelecidas no Código de Defesa do Consumidor (e suas alterações), bem como dos encargos previstos à contratada no Edital e seus Anexos. Durante este período, os reparos e substituições decorrentes da garantia deverão ser realizados pela contratada, sem ônus para o contratante.

**2.7.3.** A GARANTIA deverá ser prestada mediante manutenção corretiva durante o prazo acima e deverá ser realizada no local onde estiver localizado o material, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas, a fim de manter os bens em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE;

**2.7.4.** A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

**2.7.5.** As demais condições serão pormenorizadas no Termo de Referência.

## 2.8. Garantia de execução contratual

( ) SIM ( x ) NÃO

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, tendo em vista a natureza da contratação (fornecimento sem prestação de serviços associados), pagamento a ser realizado somente após o recebimento definitivo e integral do objeto contratado, baixa complexidade da execução do objeto, mitigando os riscos de inexecução.

## 2.9. Requisitos de capacitação

( ) SIM ( ) NÃO ( x ) NÃO SE APLICA

## 2.10. Requisitos legais

2.10.1. O processo de contratação deve estar aderente à seguinte legislação, sem prejuízo de outras normas aplicáveis:

- Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021- que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 - que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e da outras providências;
- Lei 8.078/1990 (Código de defesa do consumidor);
- Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023 - regulamenta os artigos 82 a 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o sistema de registro de preços.
- Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015 - que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparados, nas contratações públicas no âmbito da administração pública federal.
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 58, de 8 de agosto de 2022 - que dispõe sobre a elaboração de Estudos Técnicos Preliminares para aquisição de bens e contratação de serviços e obras, e sobre o Sistema de ETP digital.
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022 - que dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021 - que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
- Resolução TSE nº 23.702, de 9 de junho de 2022 - que dispõe sobre a política de governança das contratações na Justiça Eleitoral e dá outras providências.
- Resolução CNJ nº 400, de 16 de junho de 2021 - dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário.
- Instrução Normativa IBAMA nº.6, de 15 de março de 2013 - que regulamentar o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF/APP.
- Instrução Normativa IBAMA nº.13, de 23 de agosto de 2021 - que regulamenta a obrigação de inscrição no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais.

2.10.2. Além das normas acima descritas, na execução deverão ser observadas as normas técnicas (NBR/ABNT/INMETRO) aplicáveis ao objeto, destacando-se:

- **Item 01:** Fabricada de acordo com a portaria Inmetro nº 219/2021;
- **Item 03:** NBR 7008/2012 ou versões posteriores: Chapas e bobinas de aço revestidas com zinco ou com liga zinco-ferro pelo processo contínuo de imersão a quente

- **Item 04:** Certificado de Conformidade de Produto com a norma ABNT NBR 13962:2018, emitido por OCP (Organismo Certificador de Produto) acreditado pelo Inmetro; Laudo de conformidade NBR 8537 – Determinação da densidade da espuma; Laudo de conformidade NBR 8797 – Determinação da deformação à compressão; Laudo de ergonomia em conformidade com a NR 17 do MTE - Ministério do Trabalho e Emprego, emitido por engenheiro de segurança do trabalho ou profissional com especialização em ergonomia devidamente habilitado para tal finalidade, podendo ser apresentados, em caráter complementar, outros laudos (nacionais ou internacionais) que comprovem o desempenho ergonômico da cadeira; Comprovante de Registro do fabricante do material ofertado no Cadastro Técnico Federal (CTF) de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei n.º 6.938/1981 e das Instruções Normativas IBAMA n.º 31 de 03/12/2009 e no 06 de 15/03/2013; Comprovação da certificação florestal válida do fabricante do material acabado (referência: FSC, Cerflor).
- **Item 07 e item 08:** Selo PROCEL de Economia de Energia, classificação A, em conformidade com as Portarias INMETRO n.º 85, de 24/03/2009 e n.º 563, de 23/12/2014;
- **Item 10:** Homologada pelo INMETRO com selo e lacre;
- **Item 11:** Selo PROCEL de Economia de Energia, classificação A, em conformidade com a Portaria INMETRO n.º 497/11 alterada pela Portaria INMETRO n.º 600/12;
- **Item 12:** A empresa deve apresentar certificação do produto ofertado de acordo com as normas RoHS ou caso o fabricante tenha aderido à certificação voluntária previstas na Portaria INMETRO n.º 170, de 2012, ou comprovação, por qualquer meio válido, notadamente laudo pericial, de que o produto possui segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética equivalente àquela necessária para a certificação na forma da Portaria INMETRO n.º 170, de 2012;

## 2.11. Requisitos temporais

2.11.1. O prazo de entrega dos bens é de até **45 (quarenta e cinco) dias corridos**, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento, conforme modelo (Anexo I).

2.11.2. O prazo de vigência da contratação será de **180 (cento e oitenta) dias**, contados da assinatura do termo de contrato (quando houver), na forma do artigo 105 da Lei n.º 14.133, de 2021.

## 2.12. Critérios e práticas de sustentabilidade

2.12.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam especialmente na Resolução CNJ n.º 400/2021, na Lei n.º 12.305, de 2010, na Instrução Normativa SLTI/MP n.º 1, de 2010, no Decreto n.º 7.746, de 5 de junho de 2012, no Plano de Logística Sustentável do TRE/PA e no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Consultoria-Geral da União:

### a) Produção:

- 1) **Materiais:** Utilizar, sempre que possível, materiais reciclados, biodegradáveis, atóxicos e madeira proveniente de reflorestamento devidamente certificada.
- 2) **Modo de produção:** É vedada a utilização de trabalho escravo ou infantil. Priorizar processos com menor geração de resíduos, consumo de água e energia.

### b) Distribuição e Uso:

- 1) **Embalagens:** O mobiliário deverá ser acondicionado em embalagens originais, lacradas e apropriadas para armazenamento, garantindo sua integridade, preferencialmente confeccionadas com materiais recicláveis ou que sejam objeto de logística reversa.
- 2) **Uso:** Priorizar produtos que economizem água e energia, produtos que gerem menos resíduos ou que produzam resíduos recicláveis ou que sejam objeto de logística reversa, produtos passíveis de manutenção/conserto, remanufatura, troca ou reaproveitamento de peças de modo a assegurar uma vida útil mais longa e a redução do descarte.
- 3) **Durabilidade:** Projetar os produtos para serem duráveis, de alta qualidade e com manutenção fácil, prolongando sua vida útil e reduzindo a necessidade de substituição.
- 4) **Conscientização do Consumidor:** Fornecer informações aos usuários sobre a operação sustentável dos produtos, incentivando práticas de uso responsável.

### c) Destinação Final:

- 1) Os critérios de sustentabilidade também deverão ser observados na gestão do uso do material, inclusive quanto ao descarte das embalagens e dos equipamentos após seu ciclo de vida útil.
- 2) Priorizar produtos recicláveis, biodegradáveis, atóxicos, com possibilidade para o reuso ou para remanufatura.

2.12.2. A empresa vencedora deverá apresentar para o item 04, juntamente com a(s) proposta(s), Certificado CERFLOR (Programa Nacional de Certificação de Origem Florestal – Sistema Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial – Sinmetro – Inmetro) ou FSC (Conselho de Manejo Florestal), em nome do fabricante do mobiliário.

2.12.3. Para todos os itens, **se for o caso**, cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA n.º 13, de 23/8/2021, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei n.º 6.938, de 1981.

### 2.12.5 Justificativas das exigências:

- A proposta está alinhada com a Resolução CNJ n.º 400/2021, a Lei n.º 12.305/2010, a Instrução Normativa SLTI/MP n.º 1/2010, o Decreto n.º 7.746/2012, o Plano de Logística Sustentável do TRE/PA e o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Consultoria-Geral da União, demonstrando preocupação com a conformidade legal e as boas práticas de sustentabilidade.
- A exigência de embalagens originais com indicação de marca e validade, preferencialmente confeccionadas com material reciclado ou reciclável, é importante para garantir a rastreabilidade e a qualidade dos materiais, além de reduzir o impacto ambiental.
- A priorização de materiais reciclados, biodegradáveis, atóxicos e com madeira proveniente de reflorestamento é fundamental para promover a economia circular e a conservação dos recursos naturais.
- A proibição do trabalho escravo e infantil e a priorização de métodos de produção que economizem água e energia e reduzam a geração de resíduos industriais são importantes para garantir a responsabilidade social da contratação.
- A exigência de registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais para os fabricantes de mobiliário enquadrados no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA n.º 13/2021 é importante para garantir o controle ambiental da produção.
- A exigência de Certificação CERFLOR ou FSC para os fabricantes de mobiliário é fundamental para garantir a origem sustentável da madeira utilizada.

## 2.13. Necessidade de transição contratual

( ) SIM ( ) NÃO (X) NÃO SE APLICA

## 2.14. Considerações sobre a possibilidade de participação de consórcio na licitação

( ) SIM ( X ) NÃO ( ) NÃO SE APLICA

2.14.1. A participação de consórcio não se mostra justificável considerando os seguintes elementos:

- Ausência de circunstâncias de mercado que exijam formação de consórcio para execução do objeto;
- Possibilidade de diminuição da competitividade com advento da participação de consórcios; e
- Dimensões técnicas e financeiras da contratação são dissonantes à atuação de entidades empresariais reunidas em consórcio, porquanto não envolvem fornecimento ou serviços de grande vulto e/ou de alta complexidade técnica.

## 2.15. Sociedades cooperativas

( X ) SIM ( ) NÃO ( ) NÃO SE APLICA

2.15.1. Não há vedação a participação de sociedades cooperativas.

## 2.16. Pessoa física

( X ) SIM ( ) NÃO ( ) NÃO SE APLICA

2.16.1. Não há vedação a participação de pessoa física, nos termos do art. 4º da IN SEGES /ME nº 116/2021, tendo em vista que a contratação não exige capital social mínimo e estrutura mínima, com equipamentos, instalações e equipe de profissionais ou corpo técnico para a execução do objeto, incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física.

## 2.17. Tratamento diferenciado para ME e EPP

2.17.1. Os itens com valor estimado de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) serão destinados à participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno e entidades equiparadas, conforme benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 (art. 48, inciso I) e do Decreto 8.538/15 (art. 6º).

2.17.2. Para o(s) item(ns) que superar(em) o valor acima, será(ão) reservada(s) cota(s) de até 25% do quantitativo às ME/EPP, por ser de natureza divisível.

## 2.18. Indicação de marcas ou modelos

( X ) SIM ( ) NÃO

2.18.1. Na presente contratação há indicação das seguintes marcas de referência, para facilitar a compreensão dos *parâmetros de qualidade e da descrição do objeto*:

Item	Material	Indicação da marca
1	ESCADA DOBRÁVEL	MOR ou equivalente, ou similar ou de melhor qualidade (TCU, Acórdão 113/2016 - Plenário)
2	BEBEDOURO	ESMALTEC ou equivalente, ou similar ou de melhor qualidade (TCU, Acórdão 113/2016 - Plenário)
3	ARMÁRIO AÇO TIPO ROUPEIRO	NILKO ou equivalente, ou similar ou de melhor qualidade (TCU, Acórdão 113/2016 - Plenário)
4	POLTRONA GIRATÓRIA	TOKPLAST ou equivalente, ou similar ou de melhor qualidade (TCU, Acórdão 113/2016 - Plenário)
5	SOFÁ DUPLO - MODELO LE CORBUSIER	RICCA MOBILI ou equivalente, ou similar ou de melhor qualidade ( TCU, Acórdão 113/2016 - Plenário)
6	SOFÁ INDIVIDUAL - MODELO LE CORBUSIER	RICCA MOBILI ou equivalente, ou similar ou de melhor qualidade ( TCU, Acórdão 113/2016 - Plenário)
7	TELEVISOR 50"	SAMSUNG/LG ou equivalente, ou similar ou de melhor qualidade ( TCU, Acórdão 113/2016 - Plenário)
8	TELEVISOR 65"	SAMSUNG/LG ou equivalente, ou similar ou de melhor qualidade ( TCU, Acórdão 113/2016 - Plenário)
9	ANTENA DE TV	AQUÁRIO ou equivalente, ou similar ou de melhor qualidade ( TCU, Acórdão 113/2016 - Plenário)
10	BALANÇA PLATAFORMA	TOLEDO, MICHELETTI ou equivalente, ou similar ou de melhor qualidade (TCU, Acórdão 113/2016 - Plenário).
11	FORNO MICRO-ONDAS	ELECTROLUX/MIDEA ou equivalente, ou similar ou de melhor qualidade ( TCU, Acórdão 113/2016 - Plenário)
12	PROJETOR TIPO DATA-SHOW	EPSON ou equivalente, ou similar ou de melhor qualidade ( TCU, Acórdão 113/2016 - Plenário)

2.18.2. Esclarece-se que tal indicação não se destina a direcionar a aquisição para fornecedor específico, sendo admissível o fornecimento por qualquer outro fabricante que atenda aos mesmos requisitos técnicos e às normas brasileiras. Há, inclusive, possibilidade de variações dimensionais dos móveis a serem adquiridos, conforme informação incluída nas especificações técnicas.

2.18.3. A indicação de marca atende ao disposto na alínea "d" da Lei nº 14.133, de 2021: "quando a descrição do objeto a ser licitado puder ser mais bem compreendida pela identificação de determinada marca ou determinado modelo aptos a servir apenas como referência".

## 2.19. Vedação de marcas, modelos ou produtos

( ) SIM ( x ) NÃO

2.19.1. Na presente contratação não haverá vedação de utilização de marca/produto.

## 3. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Fundamentação: Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar (inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso III da IN 58/2022).

### 3.1. Identificação das soluções disponíveis no mercado

Solução 1: Atendimento da demanda de todos os itens por meio de aluguel de bens;

### 3.1.1.1 Contratações Públicas similares identificadas e analisadas:

A análise detalhada de contratações similares é considerada **desnecessária** para este item pelos seguintes motivos:

- **Padronização:** O objeto trata de bens permanentes comuns, com especificações técnicas maduras e amplamente consolidadas no mercado.
- **Baixa Complexidade:** Por serem itens "de prateleira", não há variação de modelagem de contratação que demande estudo comparativo entre órgãos.
- **Eficiência Processual:** A pesquisa de preços e a definição clara do objeto no Termo de Referência já garantem a vantajosidade, tornando a busca por históricos de terceiros um esforço administrativo desproporcional.

### 3.1.1.2. Potenciais fabricantes

Existem no mercado, diversos fabricantes dos mobiliários a serem adquiridos e que atendem perfeitamente as especificações técnicas mínimas descritas no Termo de Referência.

### 3.1.1.3. Condições usuais de aquisição ou de execução do objeto

As condições usuais de aquisição ou de execução do objeto, incluem:

- **Prazo de entrega:** O prazo de entrega dos bens é de até **45 (quarenta e cinco) dias corridos**, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento..
- **Garantia:** a garantia *garantia dos itens 1, 2, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12* não poderá ser inferior a 12 (**doze**) meses e dos itens 3 e 4 **garantia de 5 (cinco) anos**, conforme justificativas constante do **item 2.7**.
- **Forma de pagamento:** o pagamento será realizado após a entrega e recebimento definitivo dos materiais e acessórios e em parcela única.

## 3.2. Comparação das soluções

3.2.1. Para a contratação pretendida, foram analisadas as opções disponíveis no mercado com o objetivo de identificar a existência de novas metodologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da Administração.

3.2.2. A solução 1 (locação do bens) possui os seguintes pontos positivos e negativos:

#### a) Positivos:

- Poderão ser trocados com maior facilidade em caso de avaria, defeito e/ou bem tecnologicamente defasado;
- Necessidade de orçamento disponível imediato menor para a locação dos bens.

#### b) Negativos:

- O atendimento das demandas ficará restrito à disponibilidade dos bens;
- Os bens são de uso permanente e, normalmente, muito duradouros, implicando em uma monta a ser paga durante toda a vigência da contratação mais elevado que a aquisição;
- Necessidade de renovação contratual de aluguel, visto que são bens de uso duradouro e permanente;
- Necessidade de reajuste contratual do aluguel;
- Orçamento fixo para renovação contratual, visto serem bens de utilização prolongada;
- Falência da empresa de aluguel, podendo ocasionar a retirada dos bens sem tempo adequado para reposição.

3.2.3. A solução 2 (aquisição dos bens) possui os seguintes pontos positivos e negativos:

#### a) Positivos:

- Os bens serão permanentes do Tribunal, não havendo a necessidade de pagamento mensal;
- Contando o tempo de duração média dos bens, em torno de 2 a 5 anos, a aquisição permanente se mostra vantajosa para administração, enquanto que o aluguel de bens, possivelmente, sofrerá correção anual;

#### b) Negativos:

- Necessidade de orçamento disponível imediato mais elevado para aquisição dos bens;
- Impossibilidade de troca após o período de garantia do bem.

## 3.3. Solução mais vantajosa

3.3.1. Considerando os requisitos técnicos e econômicos, além da avaliação das contratações públicas consultadas, a solução mais vantajosa para a contratação dos objetos é a **aquisição dos bens (solução 2)**. Embora envolva um investimento inicial mais alto, proporciona maior controle sobre os móveis, possibilitando sua personalização de acordo com as necessidades da organização. Além disso, a propriedade dos bens após a compra oferece maior segurança e autonomia à instituição, reduzindo os custos a longo prazo em comparação com o aluguel, que implica em despesas recorrentes sem a aquisição efetiva dos ativos. Assim, a aquisição dos móveis é a alternativa mais vantajosa tanto do ponto de vista técnico quanto econômico.

## 3.4. Condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado (Art. 40, I, da Lei 14.133/21)

3.4.1. No processo de aquisição dos referidos bens, conduziu-se uma análise minuciosa das condições de mercado, bem como das práticas utilizadas pelo setor privado em relação a esse tipo de contratação. Nossa equipe realizou pesquisas de mercado, consultou fornecedores especializados e analisou as práticas comumente adotadas pelo setor privado ao adquirir bens similares.

3.4.2. Com base nessas análises, garante-se que o processo de aquisição e pagamento dos bens em questão seguirá condições semelhantes às do setor privado. Isso implica em buscar a melhor relação custo-benefício, levando em consideração a qualidade dos produtos, a eficiência na entrega, a adequação às necessidades da nossa instituição e a competitividade do mercado.

3.4.3. Além disso, adotam-se critérios claros e transparentes na seleção dos fornecedores, buscando aqueles que apresentem as melhores propostas, levando em conta não apenas o preço, mas também a qualidade dos produtos e serviços oferecidos.


3.4.4. Ressalta-se que o objetivo é garantir uma contratação justa, eficiente e economicamente viável para a instituição, seguindo as melhores práticas do setor privado.


#### 4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (descrição/especificação do Objeto)

Fundamentação: descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso (inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso IV da IN 58/2022).

4.1. A solução consiste na aquisição de Materiais Permanentes específicos, conforme condições e exigências estabelecidas neste ETP, no Termo de Referência e seus anexos.

4.2. As **ESPECIFICAÇÕES** de cada bem e as **QUANTIDADES** estão consignados abaixo.

Item	Especificação	CATMAT	U. M.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	<p><b>ESCADA DOBRÁVEL</b></p> <p><b>ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Com 08 (oito) degraus;</li> <li>• Fabricada em em tubos e chapas de alumínio;</li> <li>• Plataforma superior em polipropileno de alta resistência ou alumínio;</li> <li>• Capacidade para suportar carga de 120 (cento e vinte) quilos;</li> <li>• Alça de apoio alta na parte superior;</li> <li>• Travamento de segurança automático na plataforma superior em aço resistente e fitas de nylon resistente;</li> <li>• Sapatas de borracha;</li> <li>• Degraus e pés antiderrapantes;</li> <li>• Degraus com largura de 12 cm, sendo o degrau superior duplo;</li> <li>• Distância entre os degraus de 19 a 25 cm;</li> <li>• Distância entre o piso e o primeiro degrau de 19 a 25 cm</li> <li>• Fabricada de acordo com a portaria Inmetro nº 219/2021</li> </ul> <p><b>GARANTIA: 12 (doze) meses</b>, a contar da data do recebimento definitivo.</p> <p><b>MARCA DE REFERÊNCIA: MOR</b> ou equivalente, ou similar ou de melhor qualidade (TCU, Acórdão 113/2016 - Plenário)</p> <p><b>IMAGEM ILUSTRATIVA:</b></p> 	381472/5440	688540		R\$ 432,00	R\$ 17.280,00


2	<p><b>BEBEDOURO</b></p> <p><b>ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Bebedouro tipo coluna para suporte a recipiente de 20 litros, com pingadeira removível;</li> <li>• Dimensões, mínimas, aproximadas de 940 mm x 310 mm x 335 mm (AxLxP);</li> <li>• Gabinete em plástico injetado e chapa eletrozincada pintada, totalmente desmontável;</li> <li>• Aparador de água removível para limpeza;</li> <li>• Reservatórios, dutos e torneiras confeccionadas em materiais 100% atóxicos;</li> <li>• Sistema que corta automaticamente a tampa do garrafão;</li> <li>• Gás R 134A: inofensivo à camada de ozônio;</li> <li>• 02(duas) torneiras, uma para água natural e outra para água gelada;</li> <li>• Termostato regulável para controle de temperatura;</li> <li>• Sistema de refrigeração de moto-compressor silencioso;</li> <li>• Alimentação em 110 V ou bivolt(110/220V), com selo de qualidade e garantida pelo INMETRO;</li> <li>• Potência mínima: 97W</li> <li>• Cor do gabinete: preto, inox ou branco;</li> <li>• Manuais de instrução e instalação em português;</li> <li>• Garantia mínima: 12 (doze) meses.</li> </ul> <p><b>GARANTIA: 12 (doze) meses</b>, a contar da data do recebimento definitivo.</p> <p><b>MARCA DE REFERÊNCIA: ESMALTEC</b> ou equivalente, ou similar ou de melhor qualidade (TCU, <b>Acórdão 113/2016 - Plenário</b>)</p> <p><b>IMAGEM ILUSTRATIVA:</b></p> 	300995/4110	348940		R\$ 730,00	R\$ 29.200,00
---	---	-------------	--------	--	------------	---------------




3	<p><b>ARMÁRIO AÇO TIPO ROUPEIRO</b></p> <p><b>ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Locker para vestiário em aço (roupeiro de aço), com 04 (quatro) portas e 02 (dois) corpos, com 1 prateleira interna;</li> <li>• Com pés reguláveis ou base elevada do piso;</li> <li>• Estrutura em chapas de aço de 24 e 26 (0,60mm e 0,45mm), roupeiro fabricado em chapa galvanizada – NBR 7008 (resistência a corrosão);</li> <li>• Pintura: Epóxi pó, antimicrobiana e bactericida (nanotecnologia), em duas cores: cinza na estrutura e vinho nas portas;</li> <li>• Sistema de ventilação nas portas: venezianas ou ventilação redonda vertical;</li> <li>• Dobras enroladas, livre de arestas cortantes (<i>hands cut free</i>);</li> <li>• Dobradiças internas à estrutura do armário, não permitindo que seja retirado o pino de articulação;</li> <li>• Sistema de fechamento com fechadura tipo Yale com fornecimento de 2 (duas) chaves por porta;</li> <li>• Medidas do produto montado: 1820A x 600L x 450P (mm);</li> <li>• O roupeiro deverá ser entregue montado dentro das dependências do TRE-PA.</li> </ul> <p><b>GARANTIA:</b> de <b>05 (cinco) anos</b>, a contar da data do recebimento definitivo, contra defeitos de fabricação, incluindo eventuais avarias durante o transporte até o local de entrega, montagem e/ou instalação, mesmo após sua aceitação pela unidade gestora da presente aquisição.</p> <p><b>Laudos e Certificados</b></p> <p>A licitante convocada deverá entregar juntamente com a(s) proposta(s), os Relatórios de Ensaio de Laboratório (LAUDO) acreditado(s) pelo INMETRO, <b>se for o caso</b>, com base nas seguintes normas:</p> <p>Para os itens acima relacionados, cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981;</p> <p><b>a) NBR 7008/2012 ou versões posteriores:</b> Chapas e bobinas de aço revestidas com zinco ou com liga zinco-ferro pelo processo contínuo de imersão a quente</p> <p><b>MARCA DE REFERÊNCIA:</b> NILKO ou equivalente, ou similar ou de melhor qualidade (TCU, Acórdão 113/2016 - Plenário).</p> <p><b>IMAGEM ILUSTRATIVA:</b></p> 	607230/7125	300110	R\$ 1300,00	R\$ 13.000,00
	<p><b>POLTRONA GIRATÓRIA</b></p> <p><b>ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS:</b></p> <p><b>Assento</b></p> <p>Interno em resina de engenharia termoplástica injetada com alta resistência mecânica conformado anatomicamente. Espuma injetada em poliuretano flexível isenta de CFC, alta resiliência, alta resistência à propagação de rasgo, alta tensão de alongamento e ruptura, baixa fadiga dinâmica e baixa deformação permanente com densidade de 45 a 55 kg/m3 e moldada anatomicamente com espessura média de 350 mm. Revestido em poliéster crepe, tecido lã ou vinil microperfurado aerotativo na <b>cor preto</b>. Profundidade de 450 mm e largura de 500 mm. Botão posicionado na lateral do assento para regulagem de profundidade útil do assento, com cinco posições de bloqueio, para garantir ao usuário melhor aproveitamento de toda a extensão da superfície do assento atendendo aos diversos biotipos.</p> <p><b>Encosto</b></p> <p>Estrutura do encosto em resina de engenharia termoplástica injetada de alta resistência mecânica. Estrutura provida de superfície de revestimento tipo tela composição: 100% Poliéster de alta resistência na <b>cor preto</b>., sem utilização de espuma e similares, oferecendo excelente conforto ao que se refere à transpiração, diminuindo a sensação de aumento de temperatura corporal. <b>Altura de</b></p>				


4	<p><b>560 mm e largura de 465 mm.</b> Suporte do encosto injetado em resina de engenharia termoplástica de alta resistência mecânica, montado em chapa de aço com espessura 4,75 mm, largura 55 mm e acabamento em zinco preto que previne a oxidação dos componentes metálicos. <b>Apoio lombar</b> injetado em resina de engenharia termoplástica de alta resistência mecânica, com regulagem de altura do tipo cremalheira com curso de 60 milímetros.</p> <p><b>Apoia Braço</b></p> <p>Apoia-braço com parte superior injetada em poliuretano integral skin e estrutura injetada em resina de engenharia termoplástica, dotado de sistema de regulagem de altura realizadas através de botão tipo gatilho, regulagem de abertura, profundidade e ângulo. Possui 85 mm de largura, 240 mm de comprimento e 25 mm de espessura</p> <p><b>Mecanismo</b></p> <p>Mecanismo com corpo injetado em liga de alumínio sob pressão e placa de fixação do mecanismo ao assento fabricada em resina de engenharia com nervuras e ressalto que garantem a resistência deste componente, com espessura de 6 mm. O mecanismo deverá possuir comandos para permitir que as regulagens sejam acessadas sem a necessidade de o usuário levantar-se da poltrona; deverá possuir alavancas sob o assento, para regulagem de altura, e para desbloquear o movimento de inclinação sincronizado entre encosto e assento deslocando na proporção 2:1 respectivamente, este movimento deverá permitir que o apoio lombar da poltrona mantenha contato com a região lombar do usuário no movimento de reclinção. A regulagem de inclinação do encosto deve proporcionar 4 pontos de parada. Possuir sistema de livre flutuação sendo a regulagem da tensão do movimento de reclinção realizada através de um manípulo localizado sob o assento possibilitando adequar o movimento relax ao biótipo do usuário e sistema anti-impacto para impedir o choque do encosto com o usuário ao desbloquear o mesmo.</p> <p>Acabamento em pintura eletrostática realizado por processo totalmente automatizado em tinta pó, revestindo totalmente a estrutura com película de aproximadamente 60 microns com propriedades de resistência a agentes químicos, com pré-tratamento antiferruginoso (desengraxe e processo de nanotecnologia, para garantir grande resistência mecânica e excelente acabamento). O sistema de acoplamento da coluna central deverá ser feito através de cone morse, facilitando a montagem e casos eventuais de manutenção.</p> <p><b>Coluna de regulagem de altura</b></p> <p>Coluna de regulagem de altura por acionamento a gás com aproximadamente 90 mm de curso, fabricada em tubo de aço de 50 mm e 1,50 mm de espessura. Acabamento em pintura eletrostática com tinta pó, revestindo totalmente a estrutura com película de aproximadamente 60 microns, que garantem grande resistência mecânica e excelente acabamento). A bucha guia para o pistão deverá ser injetada em resina de engenharia poliacetel de alta resistência ao desgaste e calibrada individualmente em dois passes com precisão de 0,03 mm. Com comprimento de 70 mm para proporcionar a guia adequada para o perfeito funcionamento do conjunto, evitando folgas e garantindo a durabilidade. Pistões a gás para regulagem de altura em conformidade com a norma DIN EN 16955 classe 4, fixados ao tubo central através de porca rápida. O movimento de rotação da coluna sobre rolamento de esferas tratadas termicamente garantindo alta resistência ao desgaste e mínimo atrito suavizando o movimento de rotação. Sistema preciso de acoplamento ao mecanismo a base por meio de cone morse, facilitando a montagem e casos eventuais de manutenção.</p> <p><b>Base em material termoplástico</b></p> <p>Base com 5 patas, fabricada por processo de injeção em resina de engenharia, poliamida (nylon 6), com aditivo anti-ultravioleta, modificador de impacto e fibra de vidro com características de excepcional tenacidade, resistência mecânica, resistência à abrasão dos calçados e produtos químicos. Com 5 (cinco) hastes e alojamento para engate do rodízio no diâmetro de 11 mm dispensando o uso de buchas de fixação. Com sistema de acoplamento a coluna central através de cone morse, permitindo facilidade na montagem em casos eventuais de manutenção.</p> <p><b>Rodízios</b></p> <p>Rodízio tipo W, duplo, com rodas de 65 mm de diâmetro, eixo vertical em aço trefilado com diâmetro de 11 mm, dotado de anel elástico em aço para possibilitar acoplamento fácil e seguro à base. Cada roda deverá possuir rolamento de roletes (duplo rolamento), substituindo o tradicional eixo horizontal, para impedir o acúmulo de sujeiras que podem apresentar travamento das rodas. Possuir furo central de 31 mm propiciando leveza ao design do produto. Deverá possuir banda de rodagem mórbida em poliuretano, para poder ser utilizado em qualquer tipo de piso.</p> <p><b>Garantia</b></p> <p>Garantia de <b>05 (cinco) anos</b>, a contar da data do recebimento definitivo.</p> <p><b>Laudos e Certificados</b></p> <p>Certificado de Conformidade de Produto com a norma ABNT NBR 13962:2018, emitido por OCP (Organismo Certificador de Produto) acreditado pelo Inmetro;</p> <p>Laudos de conformidade NBR 8537 – Determinação da densidade da espuma;</p> <p>Laudos de conformidade NBR 8797 – Determinação da deformação à compressão;</p> <p>Laudos de ergonomia em conformidade com a NR 17 do MTE - Ministério do Trabalho e Emprego, emitido por engenheiro de segurança do trabalho ou profissional com especialização em ergonomia devidamente habilitado para tal finalidade, podendo ser apresentados, em caráter complementar, outros laudos (nacionais ou internacionais) que comprovem o desempenho ergonômico da cadeira;;</p> <p>Comprovante de Registro do fabricante do material ofertado no Cadastro Técnico Federal (CTF) de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei n.º 6.938/1981 e das Instruções Normativas IBAMA n.º 31 de 03/12/2009 e no 06 de 15/03/2013;</p> <p>Comprovação da certificação florestal válida do fabricante do material acabado (referencia: FSC, Cerflor).</p> <p><b>MARCA DE REFERÊNCIA:</b> TOKPLAST ou equivalente, ou similar ou de melhor qualidade (TCU, Acórdão 113/2016 - Plenário).</p>	603265/7110-0	UNID 400	R\$ 1370,00	R\$ 548.000,00
---	---	---------------	----------	-------------	----------------

	<p><b>IMAGEM ILUSTRATIVA:</b></p> 					
5	<p><b>SOFÁ DUPLO - MODELO LE CORBUSIER</b></p> <p><b>ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Sofá com estrutura em aço inox com braços 02 lugares;</li> <li>Estrutura braço: confeccionada em tubo de aço inox polido com 15x15 x 1,50mm de espessura cortados em 45° e soldados com solda inox, que permite um fechamento total sem respingos e bolhas com perfeito acabamento (polimento) opcionalmente curvado com ângulo de 90°. Toda estrutura com sistema de fixação através de parafusos métricos com revestimento cromado, sapatas articuláveis em nylon fixadas na base evitando o atrito diretamente ao piso;</li> <li>Estofados: Almofadas do assento em espuma laminada D45, com revestimento em forma de almofadas soltas sem qualquer tipo de fixação, presas através de encaixe na estrutura do assento em chassi confeccionado em madeira MDP com 18 mm de espessura. Almofadas do encosto em espuma laminada D28, com revestimento em forma de “bolsa” e zíper na parte inferior, sem qualquer tipo de fixação almofadas soltas, presas através de encaixe na estrutura do assento em chassi confeccionado em madeira MDP com 9 mm de espessura.;</li> <li>Apoia braço em almofadas em espuma laminada D28, com revestimento em forma de almofadas soltas sem qualquer tipo de fixação, presas através de encaixe na estrutura metálica em chassi confeccionado em madeira MDP com 9 mm de espessura, nas bordas costuras duplas para fechamento e acabamento.</li> <li>Medidas mínimas: Altura de 740mm, com profundidade de assento de 460mm, largura entre braços de 500mm altura do assento de 440mm, altura do encosto de 300mm, medida final de 1200mm aproximadamente.</li> <li>Revestimento: couro sintético ou vinil ( resina de policloreto de vinila com suporte têxtil de poliéster e algodão).</li> </ul> <p><b>GARANTIA: 12 (doze) meses</b>, a contar da data do recebimento definitivo.</p> <p><b>MARCA DE REFERÊNCIA: RICCA MOBILI</b> ou equivalente, ou similar ou de melhor qualidade (TCU, Acórdão 113/2016 - Plenário)</p> <p><b>IMAGEM ILUSTRATIVA:</b></p> 	373607/7105	UNID	M	R\$ 4.100,00	R\$ 41.000,00

6	<p><b>SOFÁ INDIVIDUAL - MODELO LE CORBUSIER</b></p> <p><b>ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Sofá com estrutura em aço inox com braços 01 lugar;</li> <li>Estrutura braço: confeccionada em tubo de aço inox polido com 15x15 x 1,50mm de espessura cortados em 45° e soldados com solda inox, que permite um fechamento total sem respingos e bolhas com perfeito acabamento (polimento) opcionalmente curvado com ângulo de 90°. Toda estrutura com sistema de fixação através de parafusos métricos com revestimento cromado, sapatas articuláveis em nylon fixadas na base evitando o atrito diretamente ao piso;</li> <li>Estofados: Almofadas do assento em espuma laminada D45, com revestimento em forma de almofadas soltas sem qualquer tipo de fixação, presas através de encaixe na estrutura do assento em chassi confeccionado em madeira MDP com 18 mm de espessura. Almofadas do encosto em espuma laminada D28, com revestimento em forma de “bolsa” e zíper na parte inferior, sem qualquer tipo de fixação almofadas soltas, presas através de encaixe na estrutura do assento em chassi confeccionado em madeira MDP com 9 mm de espessura;</li> <li>Apoia braço em almofadas em espuma laminada D28, com revestimento em forma de almofadas soltas sem qualquer tipo de fixação, presas através de encaixe na estrutura metálica em chassi confeccionado em madeira MDP com 9 mm de espessura, nas bordas costuras duplas para fechamento e acabamento. Medidas mínimas: Altura de 810mm, com profundidade de assento de 460mm, largura entre braços de 600mm altura do assento de 460mm, altura do encosto de 340mm, medida final de largura 830mm aproximadamente;</li> <li>Revestimento: couro sintético ou vinil ( resina de policloreto de vinila com suporte têxtil de poliéster e algodão).</li> </ul> <p><b>GARANTIA: 12 (doze) meses</b>, a contar da data do recebimento definitivo.</p> <p><b>MARCA DE REFERÊNCIA: RICCA MOBILI</b> ou equivalente, ou similar ou de melhor qualidade (TCU, Acórdão 113/2016 - Plenário)</p> <p><b>IMAGEM ILUSTRATIVA:</b></p> 	602465/7105	UNID	20	R\$ 2.600,00	R\$ 52.000,00
7	<p><b>TELEVISOR 50"</b></p> <p><b>ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Característica: SMART TV;</li> <li>Tecnologia: LED;</li> <li>Tamanho da Tela: mínimo 50”;</li> <li>Resolução: 4K (mínimo 3840x2160);</li> <li>Processador: α9, a8, a7 Gen8/Crystal 4K/Vision AI/NQ4 AI Gen2/Gen5/Outro compatível que as especificações exigidas;</li> <li>Idioma do menu: Português;</li> <li>Conversor Digital Integrado;</li> <li>03 (três) entradas HDMI (mínimo);</li> <li>01 (uma) porta USB (mínimo);</li> <li>Conectividade WI-FI e Bluetooth;</li> <li>WI-FI Integrado;</li> <li>Voltagem: bivolt (110/220 volts);</li> <li>01 (um) conector RJ-45;</li> <li>Padrão de fixação VESA;</li> <li>Selo PROCEL de Economia de Energia, classificação A, em conformidade com as Portarias INMETRO nº 85, de 24/03/2009 e nº 563, de 23/12/2014.;</li> <li>Acessórios: Manual de Instruções e Instalação em português; Controle Remoto; Pilhas/baterias;</li> <li>Pedestal; Parafusos; Cabo de Força;</li> <li>Garantia mínima: 12 (doze) meses.</li> </ul> <p><b>GARANTIA: 12 (doze) meses</b>, a contar da data do recebimento definitivo.</p> <p><b>MARCA DE REFERÊNCIA: SAMSUNG/LG</b> ou equivalente, ou similar ou de melhor qualidade ( TCU, Acórdão 113/2016 - Plenário)</p>	480490/7730	UNID	20	R\$ 1.970,00	R\$ 78.800,00

8	<p><b>TELEVISOR 65"</b></p> <p><b>ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Característica: SMART TV;</li> <li>• Tecnologia: OLED ou QLED;</li> <li>• Tamanho da Tela: mínimo 65";</li> <li>• Resolução: 4K (mínimo 3840x2160);</li> <li>• Processador: a9, a8, a7 Gen8/Crystal 4K/Vision AI/NQ4 AI Gen2/Outro compatível que as especificações exigidas;</li> <li>• Idioma do menu: Português;</li> <li>• Conversor Digital Integrado;</li> <li>• 04 (quatro) entradas HDMI (mínimo);</li> <li>• 02 (duas) portas USB (mínimo);</li> <li>• Conectividade WI-FI e Bluetooth;</li> <li>• WI-FI Integrado;</li> <li>• Voltagem: bivolt (110/220 volts);</li> <li>• 01 (um) conector RJ-45;</li> <li>• Padrão de fixação VESA;</li> <li>• Selo PROCEL de Economia de Energia, classificação A;</li> <li>• Acessórios: Manual de Instruções e Instalação em português; Controle Remoto; Pilhas/baterias;</li> <li>• Pedestal; Parafusos; Cabo de Força;</li> <li>• Garantia mínima: 12 (doze) meses.</li> </ul> <p><b>GARANTIA: 12 (doze) meses</b>, a contar da data do recebimento definitivo.</p> <p><b>MARCA DE REFERÊNCIA: SAMSUNG/LG</b> ou equivalente, ou similar ou de melhor qualidade ( TCU, Acórdão 113/2016 - Plenário)</p>	601704/7730	UNIC	UNIC	R\$ 7.290,00	R\$ 72.900,00
9	<p><b>ANTENA DE TV</b></p> <p><b>ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Tipo: Interna;</li> <li>• Compacta;</li> <li>• Cabo Coaxial: de 05 metros com variação permitida de (+ ou -) 10% (dez por cento) no comprimento;</li> <li>• Canais: VHF/UHF/FM/HDTV;</li> <li>• Amplificada;</li> <li>• Ganho mínimo: 18 db;</li> <li>• Impedância: 75 Ohms;</li> <li>• Alimentação: bivolt.</li> <li>• Garantia mínima: 12 (doze) meses.</li> </ul> <p><b>GARANTIA: 12 (doze) meses</b>, a contar da data do recebimento definitivo.</p> <p><b>MARCA DE REFERÊNCIA: AQUÁRIO</b> ou equivalente, ou similar ou de melhor qualidade (TCU, Acórdão 113/2016 - Plenário)</p>	415108/5985	UNIC	UNIC	R\$ 150,00	R\$ 6.000,00

10	<p><b>BALANÇA PLATAFORMA</b></p> <p><b>ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Confeccionada em Aço Carbono ou em Aço Inoxidável ;</li> <li>• Superfície de pesagem plataforma, medindo no mínimo 40x40cm e máximo 80x80cm, com pintura industrial;</li> <li>• Tipo de Piso, com pés emborrachados reguláveis/ niveladores;</li> <li>• Capacidade de pesagem de até 300Kg;</li> <li>• Sensibilidade (Precisão) mínima de pesagem até 100g;</li> <li>• Visor indicador digital: com no mínimo, 6 (seis) dígitos;</li> <li>• Comunicação com microcomputadores e impressoras térmicas;</li> <li>• Possibilidade de Conexões e/ou: Ethernet, Bluetooth, WiFi, Wlan</li> <li>• Coluna para sustentação do Visor, com altura entre 80 a 150 cm;</li> <li>• Alimentação Elétrica: Bivolt;</li> <li>• Homologada pelo INMETRO com selo e lacre;</li> </ul> <p><b>GARANTIA: 12 meses</b>, a contar da data do recebimento definitivo.</p> <p><b>MARCA DE REFERÊNCIA: TOLEDO, MICHELETTI</b> ou equivalente, ou similar ou de melhor qualidade (TCU, Acórdão 113/2016 - Plenário).</p> <p><b>Imagem Ilustrativa:</b></p> 	317176/6670	UN	310	R\$ 3.000,00	R\$ 30.000,00
----	---	-------------	----	-----	-----------------	------------------

11	<b>FORNO MICRO-ONDAS</b>  <b>ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Capacidade mínima: 30 litros;</li><li>• Cor do gabinete: branco ou preto; Display digital;</li><li>• Ajuste de tempo e potência; Relógio;</li><li>• Função de descongelamento por tempo;</li><li>• Função auto aquecimento;</li><li>• Trava eletrônica de segurança que impeça o funcionamento do micro-ondas quando aberto;</li><li>• Prato giratório;</li><li>• Mínimo de 10 níveis de potência;</li><li>• Teclas pré-programadas para aquecimento de refeições;</li><li>• Tecla +30 segundos (tempo mínimo);</li><li>• Potência útil: 800 W;</li><li>• Selo PROCEL de Economia de Energia, classificação A, em conformidade com a Portaria INMETRO nº 497/11 alterada pela Portaria INMETRO nº 600/12;</li><li>• Tensão: 110 volts;</li><li>• Manuais de instrução e instalação em português;</li></ul> <b>GARANTIA: 12 (doze) meses</b> , a contar da data do recebimento definitivo.  <b>MARCA DE REFERÊNCIA: ELECTROLUX/MIDEA</b> ou equivalente, ou similar ou de melhor qualidade (TCU, Acórdão 113/2016 - Plenário)  <b>IMAGEM ILUSTRATIVA:</b>  	433237/7310	UNAS	R\$ 780,00	R\$ 23.400,00

12	<b>PROJETOR TIPO DATA-SHOW</b>  <b>ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Tecnologia:</b> 3LCD</li> <li>• <b>Luminosidade:</b> Brilho colorido e branco de no mínimo 3.600 Lumens para ambientes iluminados;</li> <li>• <b>Taxa de Contraste:</b> 16.000:1</li> <li>• <b>Resolução:</b> mínima XGA (1024 x 768);</li> <li>• <b>Aspecto:</b> imagem padrão de 4:3,</li> <li>• <b>Resolução suportada:</b> 640 x 480 (VGA), 800 x 600 (SVGA), 1280 x 800 (WXGA), 1280 x 960 (SXGA2), 1280 x 1024 (SXGA3), 1366 x 768 (WXGA60-3), 1400 x 1050 (SXGA+), 1440 x 900 (WXGA+), 1680 x 900 (WXGA++), 1600 x 1200 (UXGA60);</li> <li>• <b>Método de projeção:</b> teto/mesa, frontal/traseiro;</li> <li>• <b>Lentes:</b> Manual, F-N: 1.5 – 1.7 (mínimo);</li> <li>• <b>Foco:</b> - 16 – 20 mm (mínimo);</li> <li>• <b>Zoom:</b> - 1.0 – 1.2 Ótico;</li> <li>• <b>Lâmpada:</b> - Lâmpada com o mínimo de 210 (duzentos e dez) Watts, possuir mecanismo de resfriamento para a proteção da lâmpada, permitindo que o projetor possa ser desligado imediatamente sem a necessidade de espera para ventilação;</li> <li>• <b>Projeção:</b> - Mínima ajustável de 30 (trinta) até 300 (trezentas) polegadas na diagonal; - Distância de projeção: 0,8m a 6 metros; - Correção Keystone horizontal e vertical, ou automática (mínimo +- 30°); - Reprodução de Cor - mínima 30 bits, 1,07 bilhão de cores;</li> <li>• <b>Compatibilidade de vídeo:</b> NTSC / NTSC4.43 / PAL / M-PAL / N-PAL / PAL60 / SECAM;</li> <li>• <b>Painel de Controle:</b> Deverá possuir painel de controle com ajustes na tela através de painel no corpo do projetor;</li> <li>• <b>Controle remoto:</b> Com funções mínimas: power, ajustes, congelar, zoom digital, pg up/down;</li> <li>• <b>Interfaces/Áudio/Rede:</b> Conexão com computadores (PC e Mac); Auto-falante mínimo 2W; - Entradas (mínimo): 1 interface VGA, 1 interface RGB, 1 interface de Composite Video RCA, 1 interface S-Video; 1 interface Microfone, 1 interface HDMI, 1 interface RS-232c; - Conexão USB; - Saídas VGA - Retorno para Monitor (não serão aceitos adaptadores), saída de áudio; - Rede: 1 interface RJ45, entrada USB tipo A e tipo B, RJ45 e, preferencialmente, conexão Wi-Fi;</li> <li>• <b>Alimentação Elétrica:</b> 127v ou bivolt;</li> <li>• <b>Softwares e Opcionais Inclusos:</b> Manuais de instalação e do usuário em português; • Cabo de alimentação mínimo 1,5m, em conformidade com a Norma ABNT NBR 14.136:2002 (novo padrão brasileiro); • Cabo VGA; • CD com drivers e arquivos de configuração e licenças de uso caso sejam necessárias; • Maleta para acomodação adequada e transporte do equipamento; Capa de proteção da lente; • Controle Remoto; - Ser compatível com Microsoft Windows XP e sistemas superiores;</li> </ul> <p><b>Garantia:</b> Mínima de 12 meses.</p> <p><b>Laudos e Certificados:</b></p> <p>A empresa deve apresentar certificação do produto ofertado de acordo com as normas RoHS ou caso o fabricante tenha aderido à certificação voluntária previstas na Portaria INMETRO nº 170, de 2012, ou comprovação, por qualquer meio válido, notadamente laudo pericial, de que o produto possui segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética equivalente àquela necessária para a certificação na forma da Portaria INMETRO nº 170, de 2012.</p> <p><b>MARCA DE REFERÊNCIA:</b> EPSON ou equivalente, ou similar ou de melhor qualidade (TCU, Acórdão 113/2016 - Plenário).</p>	469920/6730/2010	UNIT 10	R\$ 8.500,00	R\$ 85.000,00
	<b>VALOR TOTAL</b>				<b>R\$ 996.580,00</b>

#### 4.3. Manifestação de atendimento ao princípio da padronização (Art. 40, V, “a”, da Lei 14.133/21)

4.3.1. Em atenção ao princípio da padronização, observa-se inicialmente que o objeto da contratação **não consta do catálogo eletrônico de padronização** de compras do Governo Federal.

4.3.2. Na especificação do objeto foi considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho. Ao realizar o planejamento da contratação, considerou-se a importância da padronização dos bens mobiliários como uma estratégia para alcançar a uniformidade e a compatibilidade necessárias nos espaços de trabalho, de acordo com as diretrizes e políticas governamentais.

4.3.3. A padronização adotada foi fundamentada em critérios de eficiência e racionalização dos recursos, visando a otimização do espaço físico disponível, a melhoria da ergonomia e do conforto dos servidores, a facilidade de manutenção, a harmonia estética do ambiente e a maximização da eficiência operacional. Para garantir a padronização, foram estabelecidas especificações técnicas precisas para cada item, contemplando aspectos como dimensões, materiais utilizados, características ergonômicas e funcionalidades requeridas. Essas especificações foram desenvolvidas com base em normas e melhores práticas reconhecidas na área de administração pública.

4.3.4. No processo de seleção dos fornecedores, será dada prioridade àqueles que pudessem fornecer os bens mobiliários de acordo com as especificações padronizadas, assegurando assim a homogeneidade dos elementos adquiridos e a conformidade com os requisitos estabelecidos.

4.3.5. Dessa forma, afirmamos que a contratação dos bens mobiliários mencionados atende plenamente ao princípio da padronização, conforme previsto na legislação aplicável. Por meio dessa abordagem, buscamos promover a eficiência, a qualidade e a uniformidade dos espaços de trabalho na esfera da administração pública.

#### 5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS (obrigatório)

Fundamentação: estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a



interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala (inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso V da IN 58/2022).

5.1. Abaixo segue quantitativo a ser registrado para aquisição de acordo com a liberação orçamentária:

Item	Material	Quantidade	Justificativa
1	Escada dobrável	40	<ul style="list-style-type: none"> <li>Não há material em reserva técnica, portanto, não há como realizar a substituição do material existente e nem atender novos pedidos pelos gestores do Tribunal;</li> <li>Material atende as necessidades das zonas eleitorais, bem como unidades de manutenção do Tribunal</li> </ul>
2	Bebedouro	40	<ul style="list-style-type: none"> <li>Há somente 20 unidades em reserva técnica e por tratar-se de ano eleitoral, a qual a demanda e utilização do bem é mais elevada, há necessidade de realizar o SRP para o referido período.</li> </ul>
3	Armário aço tipo roupeiro	10	<ul style="list-style-type: none"> <li>Não há material em reserva técnica, portanto, não há como realizar a substituição do material existente e nem atender novos pedidos pelos gestores do Tribunal;</li> </ul>
4	Poltrona giratória	400	<ul style="list-style-type: none"> <li>Continuação da substituição de poltronas giratórias mais ergonômicas de todas as unidades do Tribunal. Faltam substituir 617 cadeiras das zonas eleitorais. Só há em reserva técnica 190 unidades.</li> </ul>
5	Sofá duplo tipo Le Corbusier	10	<ul style="list-style-type: none"> <li>Não há material em reserva técnica, portanto, não há como realizar a substituição do material existente e nem atender novos pedidos pelos gestores do Tribunal;</li> <li>O referido material é disponibilizado para alta gestão, como gabinetes dos Secretários</li> </ul>
6	Sofá individual tipo Le Corbusier	20	<ul style="list-style-type: none"> <li>Não há material em reserva técnica, portanto, não há como realizar a substituição do material existente e nem atender novos pedidos pelos gestores do Tribunal;</li> <li>O referido material é disponibilizado para alta gestão, como gabinetes dos Secretários;</li> </ul>
7	Televisor 50"	40	<ul style="list-style-type: none"> <li>Não há material em reserva técnica, portanto, não há como realizar a substituição do material existente e nem atender novos pedidos pelos gestores do Tribunal;</li> <li>Há demandas das zonas eleitorais pendentes de atendimento em razão da indisponibilidade do material;</li> <li>Substituição de bens antigos das zonas eleitorais.</li> </ul>
8	Televisor 65"	10	<ul style="list-style-type: none"> <li>Não há material em reserva técnica, portanto, não há como realizar a substituição do material existente e nem atender novos pedidos pelos gestores do Tribunal.</li> </ul>

9	Antena de TV	40	<ul style="list-style-type: none"> <li>Não há material em reserva técnica, portanto, não há como realizar a substituição do material existente e nem atender novos pedidos pelos gestores do Tribunal.</li> </ul>
10	Balança plataforma	10	<ul style="list-style-type: none"> <li>Não há material em reserva técnica, portanto, não há como realizar a substituição do material existente e nem atender novos pedidos pelos gestores do Tribunal;</li> <li>As balanças da SECOB e NSA estão danificadas;</li> </ul>
11	Forno micro-ondas	30	<ul style="list-style-type: none"> <li>Há somente 10 unidades em reserva técnica e por tratar-se de ano eleitoral, a qual a demanda e utilização do bem é mais elevada, há necessidade de realizar o SRP para o referido período.</li> </ul>
12	Projektor tipo data-show	10	<ul style="list-style-type: none"> <li>Os bens em reserva técnica já são obsoletos e não compatíveis com os softwares do Tribunal. Destaca-se que a última aquisição do referido material foi em 2012.</li> </ul>

#### 6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

Fundamentação: estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação (inciso VI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso VI da IN 58/2022).

6.1. O custo da presente contratação está estimado em R\$ 996.580,00 (novecentos e noventa e seis mil, quinhentos e oitenta reais), detalhado abaixo:

Item	Material	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	Escada dobrável	40	R\$ 4322,00	R\$ 17.280,00
2	Bebedouro	40	R\$ 730,00	R\$ 29.200,00
3	Armário aço tipo roupeiro	10	R\$ 1300,00	R\$ 13.000,00
4	Poltrona giratória	400	R\$ 1370,00	R\$ 548.000,00
5	Sofá duplo tipo Le Corbusier	10	R\$ 4.100,00	R\$ 41.000,00
6	Sofá individual tipo Le Corbusier	20	R\$ 2.600,00	R\$ 52.000,00
7	Televisor 50"	40	R\$ 1.970,00	R\$ 78.800,00
8	Televisor 65"	10	R\$ 7.290,00	R\$ 72.900,00
9	Antena de TV	40	R\$ 150,00	R\$ 6.000,00
10	Balança plataforma	10	R\$ 3.000,00	R\$ 30.000,00
11	Forno micro-ondas	30	R\$ 780,00	R\$ 23.400,00
12	Projektor tipo data-show	10	R\$ 8.500,00	R\$ 85.000,00
<b>VALOR TOTAL</b>				<b>R\$ 996.580,00</b>

6.2. O orçamento não será sigiloso, tendo em vista não haver justificativa técnica para a sua adoção.

#### 7. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO (obrigatório)

Fundamentação: Justificativas para o parcelamento ou não da solução. (inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 9º, inciso VII da IN 58/2022).

7.1. Considerando o princípio do parcelamento da solução, **a licitação será por ITEM.**

7.2. Optou-se por manter os itens separados para aumentar as chances de contratação dos materiais, ainda que outro seja deserto ou fracasse. Além disso, não haverá perda de economia de escala, sendo a forma técnica e economicamente mais viável, aproveitando da melhor maneira o mercado e ampliando a competitividade

7.3. Para efeito de julgamento dos preços do Pregão Eletrônico, **o critério deverá ser o menor preço**, de acordo com os critérios do Pregão Eletrônico.

#### 8. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Fundamentação: contratações correlatas e/ou interdependentes (inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 9º, inciso VIII da IN 58/2022).

8.1. A equipe de planejamento não vislumbra contratações que guardem relação/afinidade com o objeto da contratação pretendida, sejam elas já realizadas, ou contratações futuras.

#### 9. ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO COM O PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL(obrigatório) E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Fundamentação: demonstrativo da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual, de modo a indicar o seu alinhamento com os instrumentos de

planejamento do órgão ou entidade; (inciso II do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso IX da IN 58/2022).

9.1. A presente aquisição terá reflexo nas seguintes iniciativas do PEJEP:

- CPPJ – Celeridade e Produtividade na Prestação Jurisdicional;
- GDC - Garantia dos Direitos de Cidadania; e
- AGO - Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira.

9.2. O objeto da contratação está previsto Plano de Contratações 2026, conforme detalhamento a seguir:

- I) Portaria: 24.352/2025 (2851386)
- II) Anexo: III (2835059)
- III) Item: item 6

9.3. O planejamento da contratação está alinhado com o Plano de Logística Sustentável - PLS, mais especificamente com o objetivo específico "aprimorar os processos de compras e contratações, promovendo a inserção de critérios socioambientais nos contratos", conforme requisitos contidos na especificação técnica do objeto e no item 2.12 deste ETP.

## 10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Fundamentação: demonstrativo dos resultados pretendidos, em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis (inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso X da IN 58/2022).

10.1. Com a futura contratação, espera-se fornecer a contento ao Regional, e dentro de prazos mínimos de segurança, os materiais em análise, de modo a atender aos objetivos específicos programados para confecção de cada um deles, levando em consideração a relação custo/benefício mais vantajosa para a Administração.

10.2. A continuidade e excelência na prestação do serviço público ofertado aos eleitores pelo Tribunal Regional Eleitoral, voltado ao exercício da cidadania. Desta feita, os bens a serem adquiridos serão ferramentas imprescindíveis a prestação do serviço público, bem como para o bem-estar de seus servidores.

10.3. Melhor suporte ao desenvolvimento das atribuições afetas a este Regional, promovendo a atualização e a substituição dos mobiliários defeituosos, com intuito de atender as demandas reprimidas de suas respectivas unidades administrativas e compor reserva técnica dos bens.

## 11. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Fundamentação: providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato (inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso XI da IN 58/2022).

11.1. A Equipe de Planejamento não vislumbra necessidade de adequação ambiental para utilização/instalação do material.

## 12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

Fundamentação: descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável (inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso XII da IN 58/2022).

12.1. No que tange à legislação, já foi inserida a informação no item 2.13. deste ETP "Critérios e Práticas de Sustentabilidade".

## 13. ESTRATÉGIA DA CONTRATAÇÃO DO OBJETO

### 13.1. Forma de seleção e modalidade de licitação:

( ) Pregão Eletrônico Tradicional

( x ) Pregão Eletrônico - SRP

( ) Adesão à Ata de Registro de Preços

( ) IRP (Intenção de Registro de Preços)

( ) Contratação Direta - **Inexigibilidade de Licitação** (Art. 74 e incisos da Lei 14.133/2021)

( ) Contratação Direta - **Dispensa de Licitação** (Art. 75 e incisos da Lei 14.133/2021)

### 13.2. Considerações sobre a possibilidade/necessidade de renovação dos quantitativos da ata de registro de preços.

13.2.1. Conforme definido nesta fase de planejamento, o quantitativo foi estimado para atender o exercício financeiro de 2026. Dessa forma, na hipótese de prorrogação da Ata de Registro de Preços, se fará necessária a renovação dos quantitativos originalmente registrados.

#### 13.2.2. Condições para a renovação:

A renovação dos quantitativos não ocorrerá de forma automática, ficando condicionada ao estrito atendimento dos requisitos legais, notadamente:

- a) comprovação de que os preços registrados permanecem vantajosos para a Administração, mediante a realização de pesquisa de mercado;
- b) existência de previsão expressa dessa possibilidade no Edital e na respectiva Ata de Registro de Preços;
- c) formalização da prorrogação e da eventual renovação por meio de Termo Aditivo, a ser celebrado dentro do prazo de vigência original da Ata.

#### 13.2.3. Fundamentação legal:

A medida encontra respaldo no art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

Assim, a inclusão dessa cláusula no planejamento e, oportunamente, no edital, configura decisão estratégica que confere maior flexibilidade e eficiência à gestão da Ata de Registro de Preços, assegurando que o Tribunal possa atender de forma adequada e contínua às suas necessidades institucionais ao longo do tempo.

## 14. AVALIAÇÃO QUANTO À NECESSIDADE DE CLASSIFICAÇÃO DO ETP, NOS TERMOS DA LEI Nº 12.527/2011 (OBRIGATÓRIO)

Fundamentação: Art. 13 da IN SEGES 58/22 e 91, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

14.1. Considerando não se tratar de licitação cujas informações nele constantes sejam sensíveis e imprescindíveis à segurança da sociedade e do Estado, não há necessidade de se atribuir qualquer tipo de classificação ao presente documento, nos termos dispostos na Lei nº 12.527/2011.

## 15. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A VIABILIDADE E RAZOABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

Fundamentação: posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso XIII da IN 58/2022).

( X ) Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, consoante o Inciso XIII do art. 9º da IN 58, de 08 de agosto de 2022, - SEGES-ME.



Documento assinado eletronicamente por **IZABEL CRISTINA SILVA LOPES, Chefe de Seção**, em 29/01/2026, às 13:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ADOLFO GUILHERME PINHEIRO NETTO**, **Chefe de Seção**, em 29/01/2026, às 13:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tre-pa.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.tre-pa.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **2911142** e o código CRC **B588AFD5**.

0000249-03.2026.6.14.8000

2911142v96